

Notas sobre a formulação de um projeto regional na Ásia-Pacífico

*Paulo Antônio Pereira Pinto**

A razão principal para que o Brasil se interesse pela Ásia-Pacífico deve-se ao fato de que, naquela região, está sendo gerado **um dos três laboratórios atuais de modernidade, situando-se os dois outros na Europa e na América do Norte.**

Além do fenômeno de desenvolvimento generalizado que caracteriza aquela região, registra-se, também, um momento de estabilidade política sem precedentes, bem como persiste a proposta de abertura para o intercâmbio com o resto do Mundo. O Estado passa por transformações, e ocorre uma verdadeira revolução na geometria regional de poder pós-Guerra Fria.

Novas modalidades de paz estão sendo criadas, em oposição às estruturas de confrontação existentes durante o período de bipolaridade mundial. Parcerias distintas foram estabelecidas, inclusive com países situados fora da área, como é o caso da existente entre a China e o Brasil.

Esse processo tem envolvido articulações complexas, que incluem dinâmicas regionais e externas, com conexões entre economias, setores financeiros e sistemas de valores. Isso tudo ocorre — segundo uma visão pessoal do autor — no momento em que se verifica o ressurgimento da influência da China como fator de estabilidade no Sudeste Asiático, a partir de uma herança cultural que volta a inspirar normas tradicionais de organização da sociedade, bem como de convivência internacional entre a República Popular da China (RPC) e seus vizinhos ao sul.

* Economista e Diplomata-Conselheiro à disposição da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Nessa perspectiva, quando se procuram novas propostas que sirvam de inspiração, por exemplo, para um projeto nacional brasileiro, pode ser útil avaliar-se como as formações sociais daquela parte do Mundo encaram o desafio de criar, a nível regional, um marco de referência que permita, frente às angústias da globalização, afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada numa geografia determinada.

O objetivo deste trabalho, portanto, não é o de analisar a experiência isolada de algum país asiático, mas, sim, o de considerar as transformações que ocorrem na margem do continente banhada pelo oceano Pacífico. Incluem-se, nessa área, os países situados entre o Noroeste e o Sudeste da Ásia, excluindo-se, portanto, o subcontinente indiano.

Antes de se analisar como a área em questão procura preservar uma identidade própria — seu projeto regional — diante do fenômeno da globalização, é necessário refletir-se sobre o contexto específico em que se dá sua inserção internacional.

O trabalho será dividido, assim, em três partes. Inicialmente, procurar-se-á traçar as linhas gerais da evolução econômica da Ásia-Pacífico, responsável principal pela modernização da área; em seguida, serão considerados os aspectos culturais das transformações que estão ocorrendo; e, finalmente, abordar-se-á a questão da busca da identidade *versus* o fenômeno da globalização. Serão sempre mencionados os desdobramentos conducentes à formação de estruturas regionais.

1 - Os aspectos econômicos da evolução da Ásia-Pacífico

Na Ásia-Pacífico, encontra-se em gestação um novo paradigma, que incorpora um conjunto de mudanças na economia — através da reorganização constante de suas vantagens competitivas —, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que garantem uma base ideológica de sustentação do modelo que se consolida.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, contudo, não se deve a experiências isoladas, mas a um fenômeno integrado, que projeta sobre a área como um todo os benefícios da acumulação de capital e da

experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Diante desse panorama, alguns observadores — entre eles o Embaixador Amaury Porto de Oliveira — afirmam que estaria sendo gerada na Ásia-Pacífico uma terceira revolução industrial, que sucederia à do século XVIII, em que os ingleses conseguiram imprimir sua marca como potência dominante, e à segunda, modelada pelo *american way of life*, no século atual.

A vertente da “cooperação econômica” é a mais conhecida e apontada como a força motora que impulsiona o processo de crescimento daquela vasta e diversificada área. Para os adeptos da teoria dessas sucessivas revoluções industriais, os japoneses estariam a exercer, perante seus vizinhos asiáticos, o papel de “locomotiva regional”, da mesma forma que os ingleses e os norte-americanos o tinham desempenhado, quando as duas etapas iniciais de industrialização se desenvolveram no entorno do Atlântico.

Em linhas gerais, lembra-se que, no período imediato pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos iniciaram o processo de instalação de uma “pax americana” na orla asiática do oceano Pacífico. Nesse esforço de criação de uma esfera de influência no Extremo Oriente, os norte-americanos trataram de reconduzir o Japão à posição de centro industrial, vindo a polarizar as economias primário-exportadoras do Sudeste Asiático, que deveriam tornar-se fornecedoras dos insumos energéticos e das matérias primas necessárias ao progresso nipônico, bem como serem colocadas na posição de absorvedoras potenciais das manufaturas de baixa e média tecnologias que deveria produzir o Japão.

A esse eixo econômico foi também atribuída a tarefa de linha de contenção do comunismo, da China em particular. Gradativamente, foram incluídas a Coreia do Sul e Taiwan à fronteira ideológica estabelecida pelos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria.

Para dar funcionalidade a essa cadeia de países muito diversos entre si, os EUA desenvolveram por toda a região, vínculos comerciais, financeiros e de assistência técnica conducentes a três objetivos interligados: a reconstrução econômica; o fortalecimento no plano interno de elites políticas pró-norte-americanas; e a consolidação de relações estratégicas cimentadas pela interdependência econômica. Criaram-se, assim, as condições sobre as quais se assentou a modernização da orla asiática do Pacífico, com o Japão como locomotiva.

Nos anos 70, na medida em que se foi esgotando o paradigma da II Revolução Industrial, que levava os Estados Unidos à condição de potência hegemônica deste século, a Ásia-Pacífico começou a escapar do controle dos EUA. O Japão passou a emitir sinais de que um novo processo de elaboração paradigmática estava sendo iniciado. Em seguida, os novos países industrializados (NPIs) da área — Coréia do Sul e Taiwan, em particular — articularam-se com o modelo japonês. Um eixo de propagação vertical desse modelo, em formato que se convencionou chamar de “revoada de gansos”, desdobrou-se pelo entorno asiático do Pacífico — do Japão ao Sudeste Asiático.

Tal desenvolvimento se tornaria mais complexo e rico com o início do processo de modernização da China, a partir dos anos 80. No momento, uma ordem regional distinta está sendo criada, com o surgimento de pólos adicionais em torno dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes são evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluem parcerias entre o Japão, as novas economias industrializadas, os países-membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) e partes da China.

Toda essa movimentação insere-se, também, em um contexto mais amplo, marcado por “estruturas regionais em construção” que estão surgindo, ou como resultado do processo auto-sustentado de crescimento econômico, ou por necessidade da dinâmica política intra-asiática, ou ainda, ditadas por imposições de potências externas.

Os mecanismos de integração econômica

A Cooperação Econômica para a Ásia-Pacífico (APEC) é a associação regional de maior evidência no momento, cujo impacto, viabilidade e eficácia não se limitam apenas à hipótese de formação de um megabloco comercial excludente na Ásia-Pacífico. Os 18 países que a compõem — entre os quais constam as duas maiores economias do Mundo, EUA e Japão —, apenas pelo fato de constituírem um grupo mais reduzido do que os 117 que integram a nova Organização Mundial do Comércio (OMC), poderão mais facilmente negociar entre si a redução de barreiras tarifárias no âmbito regional do que com os demais em nível global.

Verifica-se, ademais, que, mesmo não pretendendo ser um bloco comercial fechado, a Ásia-Pacífico tende, cada vez mais, a usufruir de auto-suficiência. Isto é, os asiáticos começam a tornar-se, gradativamente, o maior mercado para seus próprios produtos — em detrimento de seu intercâmbio com o resto do Mundo —, seja absorvendo crescente parcela das exportações japonesas e dos NPIs, seja através de mecanismos de integração do tipo “territórios econômicos naturais”, seja, ainda, através do deslocamento regional dos capitais dos *overseas chinese*.

Existe, também, uma agenda de interesses econômicos específicos daquela parte do Mundo sendo debatida no âmbito da APEC, interesses estes que poderão coincidir com temas em discussão na área de influência imediata do Brasil, tais como: a mobilidade de mão-de-obra; a apropriação dos recursos globais compartilhados; e a demolição de cartéis no setor de linhas aéreas. Caberá observar, da mesma forma, se a Associação será bem-sucedida na aprovação de um código de investimentos talvez mais liberal do que o previsto pela OMC, bem como a repercussão que haveria em outros megabloos mais protecionistas.

Além da APEC, os agrupamentos regionais de maior importância seriam o East Asia Economic Caucus (EAEC) e a ANSEA Free Trade Area (AFTA). Os três poderiam ser apontados como o resultado da regionalização da globalização na Ásia-Pacífico, no sentido de que é a determinação dos Estados envolvidos que provoca seu surgimento. Em contrapartida, a globalização seria entendida como o *production sharing*, conseqüente da livre atuação de agentes econômicos privados.

O EAEC pretenderia ser, guardadas as diferenças de proporções e a defasagem histórica, uma espécie de Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) — fundada em meados da década de 60 e que excluía a participação dos EUA — da Ásia-Oriental, no sentido de que se propõe a coordenar as posições dos países da orla do Pacífico, em discordância com os Estados Unidos.

Nas palavras do Primeiro-Ministro Mahathir, da Malásia, mentor do Caucus,

“We in East Asia must not form a trading bloc of our own. But we know that alone and singly we cannot stop the slide towards controlled and regulated international trade if the EC and the NAFTA are allowed to rewrite the rules. To stop the slide, and to preserve free trade the countries of East Asia, which contain some

of the most dynamic economies in the world today, we must at least speak with one voice”.

[“Nós, do Leste Asiático, não devemos formar um bloco comercial próprio. Sabemos que sozinhos não podemos impedir a tendência a um comércio internacional controlado e regulado se a CE e o NAFTA puderem reescrever as regras. Para impedir essa tendência e preservar o livre comércio, os países do Leste Asiático, onde estão algumas das economias mais dinâmicas do Mundo, devem, pelo menos, falar em uma única voz.”]

Existe, como se sabe, um debate entre o dirigente malásio e os governantes de outros países defensores da APEC quanto à possibilidade de que essa associação mais ampla venha a submeter a Ásia-Pacífico a diretrizes norte-americanas, tanto na economia quanto em áreas políticas, como a dos direitos humanos. A China, de sua parte, indica aceitar, por enquanto, a liderança dos EUA na associação como forma, inclusive, de diluir a presença de Taiwan no agrupamento. Não se espera, contudo, que Pequim aceite ser nela um parceiro menor.

Quanto à AFTA, não se pode menosprezar o fato de situar-se na região mais dinâmica da economia internacional e o de abranger sete nações do Sudeste Asiático, com população estimada em 360 milhões de pessoas e PNB de US\$ 400 bilhões. Mesmo quando se verifica que tal escala fica menos visível diante dos números maiores do EAEC e da APEC, cabe persistir no esforço de traçar uma estratégia de aproximação comum para essa sub-região.

Existe, também, o Triângulo de Crescimento, formado por Cingapura, a província malásia de Johore e a ilha indonésia de Batang, sendo que aquela cidade-Estado é povoada por uma maioria descendente de chineses e que os dois últimos países contam com minorias expressivas desse grupo étnico. Além de desempenharem papel relevante na globalização da economia desses três países, os *overseas chinese* tornam-se, gradativamente, os maiores investidores na China e também em economias emergentes, como a vietnamita e a filipina.

Contudo não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à integração de sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

Enquanto é possível vislumbrar, nessa perspectiva, a evolução econômica daquela área — contando-se com estudos e notícias quase diárias sobre o assunto —, menos nítido é o contorno político que virá a traçar o perfil do século do Pacífico. Sabe-se apenas que, para a manutenção do progresso ora existente, será necessário o estabelecimento de uma conjuntura estável, que leve em conta, também, outros tipos de articulações, como as existentes entre grupos étnicos com passado histórico comum e sistemas de valores compartilhados.

2 - Aspectos culturais e políticos das transformações na Ásia-Pacífico

A preocupação principal deste trabalho não é apenas com os aspectos econômicos, mas, sim, com uma visão prospectiva mais abrangente, que leve em conta a integração de fatores culturais, políticos, de valores e de segurança, que contribuem para a equação estratégica da Ásia-Pacífico. Nesse processo, identifica-se a reformulação do Estado como um dos ingredientes fundamentais do sucesso da área.

Em linhas reconhecidamente simplificadas, é possível afirmar-se que a busca da estabilidade interna é a preocupação constante das formas de governo ora existentes no continente asiático. Daí resulta um exercício permanente de composição efetuado de forma repetitiva e cíclica. Procura-se, primordialmente, valorizar as tradições de cada povo, suas práticas culturais e crenças, bem como tudo aquilo que diga respeito à sua identidade nacional. O equilíbrio é obtido através de um conjunto de normas de comportamento desenvolvidas durante longos períodos monárquicos, de forma a serem permeadas por atitudes e laços tipicamente feudais.

Especialistas no assunto identificam, nessa perspectiva, o ressurgimento do Confucionismo como fator de agregação e, mesmo, de progresso na Ásia-Pacífico. Essa tese deriva da verificação da capacidade daquele conjunto de crenças, no sentido da transformação e do aperfeiçoamento da natureza humana, bem como de um guia de normas de comportamento. Como resultado, haveria um maior potencial de governabilidade nos Estados envolvidos.

Entre os valores confucionistas favoráveis ao desenvolvimento econômico são identificados: a disciplina social e a dedicação ao trabalho; a

ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

Se bem que tais valores éticos tenham existido há muito tempo, não chegaram a explodir em sucessos econômicos anteriores, devido, em grande parte, ao fato de não terem sido expostos à influência e à concorrência de outros sistemas.

A abertura das economias japonesas e dos NPIs, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, parece ter trazido do resto do Mundo o incentivo necessário, bem como a competição exigida para a explosão do dinamismo do modelo em questão. Tal experiência proporciona evidente contraste com a evolução de sociedades — como a chinesa — que permaneceram até recentemente fechadas em torno de instituições rígidas e centralizadas, sem serem afetadas pelo fenômeno do crescimento da Ásia-Pacífico.

A ascensão de um modelo de desenvolvimento com traços asiáticos representa, nessa perspectiva, um perfil diferente da evolução das economias de mercado — uma forma de capitalismo comunitário, em oposição ao excessivo individualismo da vertente anglo-americana.

Os diferentes valores culturais e a orientação espiritual da Ásia Oriental, firmemente enraizados em passado histórico próprio, contribuíram para o desenvolvimento de um tipo distinto de economia de mercado, com características e instituições originais.

Além disso, parece que a disposição de se estruturarem de forma distinta conduz essas sociedades, particularmente no que diz respeito à sua tendência a atuarem como um grupo, para a temível competitividade no mercado internacional contra seus rivais na América do Norte e na Europa, nas duas últimas décadas.

Seus traços mais marcantes incluem as seguintes considerações:

- a) a ênfase confucionista na liderança governamental, a devoção familiar e a disciplina social de harmonia criaram instituições na Ásia Oriental bastante distintas da tradição anglo-americana. Ao contrário do modelo anglo-americano, que tem origens, como se sabe, no pensamento liberal de Adam Smith, com sua aversão a qualquer manifestação governamental fora do escopo da manutenção da lei e da ordem, os

valores e tradições confucionistas advogam a intervenção do governo, a quem cabe tarefas, responsabilidades e deveres. Segundo essa percepção, o Estado exerce funções não apenas de supervisão, mas também de promotor do desenvolvimento, da educação e de mobilização política. A burocracia governamental, portanto, é associada à preservação do interesse nacional, bem como se interliga de tal forma com o setor privado que, por exemplo, no Japão, veio a ser criada a expressão “Japão S.A.”;

- b) a importância atribuída à harmonia, às relações a longo prazo e aos vínculos pessoais conduz a estruturas empresariais personalizadas, com caráter menos contratual do que as existentes no Ocidente. Dessa forma, o relacionamento entre produtores de componentes e as grandes fábricas, bem como o existente entre as empresas e os bancos e entre trabalhadores e empregadores, tende a obedecer a perspectivas de longo prazo, criando maior estabilidade e sem as condicionantes de caráter imediatista. Compromissos dessa natureza, possivelmente influenciados pela ênfase confucionista em linhagem, refletem-se com grande impacto nas estratégias nacionais, nos campos de pesquisa e desenvolvimento, estrutura e divisão de mercados, poupança, empréstimos e juros;
- c) a prioridade tradicionalmente concedida à educação nas sociedades da Ásia Oriental conduz a um sistema escolar de alta competitividade, com marcantes influências na formação de lideranças nos setores público e privado. A disciplina já existente para o estudo da literatura e da poesia foi facilmente adaptada às necessidades apresentadas pela competição internacional, no sentido de direcionar, agora, o esforço intelectual para o conhecimento científico e tecnológico exigido pelo processo de industrialização.

Essas são as normas freqüentemente evocadas para explicar, como já mencionado, o sucesso do modelo do Japão, onde a estabilidade e a dinâmica sociais dependeriam de **lealdades recíprocas**, desenvolvidas a partir do âmbito da família e preservadas na estrutura política do Estado e na organização das empresas, até chegar à pessoa do governante supremo.

A influência confucionista na organização dos Estados

Na maioria dos países da Ásia-Pacífico, a estruturação do Estado encontra-se permeada por tais normas. Assim, em Cingapura, por exemplo, ao mesmo tempo em que se utilizam procedimentos que, segundo a concepção ocidental, podem ser considerados “democráticos” para a escolha dos governantes, direitos individuais são sacrificados em benefício daquilo que os eleitos consideram ser o interesse da comunidade como um todo. Nessa perspectiva, uma vez tomada uma decisão, após demoradas consultas à base da “pirâmide social”, a implementação do que foi decidido não admite mais a noção de *loyal opposition*, e não é deixado espaço para a manifestação de opositores.

Malásia e Indonésia, apesar de sabidamente não pertencerem ao chamado “universo chinês”, em virtude de sua composição étnica e herança cultural distintas, por terem sido expostas também à influência confucionista, não deixaram igualmente de apresentar uma moldura política adaptada ao formato que a China procurou projetar sobre aquela parte do Mundo. Seus sultões e monarcas devem, como seus homólogos nas áreas sob influência cultural chinesa, merecer lealdades feudais em contrapartida à concessão aos súditos de um sistema de governo que lhes traga bem-estar e prosperidade.

Dessa forma, na Malásia, observa-se o exercício constante da busca de consenso praticado através das articulações desenvolvidas dentro dos grupos étnicos malaio, chinês e indiano e entre esses três setores da população. Seu sistema parece falhar quando o Governo de Kuala Lumpur não consegue persuadir parte da comunidade de que os dirigentes agem em benefício de seu interesse mais amplo. A força e a durabilidade do sistema político malásio residem exatamente no fato de que, a longo prazo, o interesse de todos prevalece na composição circunstancial, em detrimento de benefícios imediatos.

Na Indonésia, pratica-se a mesma busca de consenso, para uma tomada de decisões interminável, até chegar-se a um acordo final, muitas vezes de forma imperceptível. Apesar da lentidão, obtém-se a vantagem de que, mesmo diante de um exaustivo processo de negociação, se evitam momentos de ruptura desde a proposta de questões em nível de assembléias tradicionais em vilarejos até a elevação do problema ao Governo Central.

Na Tailândia, a simples recapitulação dos golpes de Estado, as manifestações populares violentas e as seguidas constituições adotadas recentemente dariam a impressão de que aquela seria uma formação social sempre

à beira do abismo. Nada menos verdadeiro, no entanto, visto o forte sentimento de identidade nacional da população, sua devoção à monarquia reinante, a homogeneidade religiosa e as mesmas práticas confucionistas dos outros países da área. As sucessivas revoluções lá ocorridas, portanto, diriam respeito mais a rivalidades dentro de setores dominantes tailandeses do que à instabilidade do sistema político do país como um todo.

Entre os países da ANSEA, apenas as Filipinas não apresentam as mesmas formas de governo e a estrutura social que caracterizam os demais países do Sudeste Asiático. Apesar de seus 20 anos no poder, o ex-Presidente Marcos não soube, como o fizeram outros dirigentes regionais, construir uma ampla base política que o sustentasse no poder, através do tradicional consenso asiático. Dessa forma, não conseguiu estabelecer uma “pirâmide de estrutura de poder”, com ampla base de sustentação nas oligarquias rurais, nas forças armadas e nos setores empresariais, sem preocupações com parcerias mais amplas, que poderiam fornecer-lhe apoio popular. A instabilidade da vida política filipina seria, ainda, herança das fragilidades estruturais recebidas daquele ditador.

Nota-se, também, que existe, no Sudeste Asiático a confluência de culturas muito fortes: a chinesa, a indiana e a malaia. Os três grupos, contudo, convivem e desenvolvem-se como se fossem projetos nacionais paralelos, muitas vezes dentro de um único país. É o caso da Malásia e de Cingapura. Assim, os festivais de cada grupo étnico são devidamente comemorados, existe uma variedade culinária incrível, e há uma enorme mistura de religiões e crenças.

Ao contrário do que se vem assistindo recentemente no continente europeu, não se busca a segregação ou mesmo a eliminação de uma ou de outra etnia. Assiste-se, na verdade, a uma competição saudável, que respeita as diferenças e incentiva cada grupo étnico a superar o outro, em termos de convivência harmoniosa, no âmbito da diversidade cultural. Resta pouco espaço, portanto, para uma “guerra de civilizações”.

Tal perspectiva leva à questão central da participação do cidadão no esforço diário de **perceber a sociedade a que pertence como uma parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos.**

Observa-se, assim, uma volta à busca da identidade. Isto é, ao invés de se contentarem em ser definidos **pelo que fazem**, as pessoas naquela parte do Mundo passam a se identificar de novo **pelo que são.**

3 - A busca da identidade *versus* o fenômeno da globalização

Segundo alguns estudiosos do assunto, o fenômeno atual da globalização teria levado o Mundo a comunicar-se por intermédio de diferentes “redes”, de forma a aparecer como um conjunto de auto-estradas marcado pela coexistência de autopistas de consumo, de produção, de comunicações, de valores, sem conexões entre si, onde os indivíduos e os grupos não mais se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas circulam como uma série de tribos e guetos, mais ou menos isolados, a se comunicarem no âmbito do mercado — mas, também, por meio da violência, da guerra, do racismo e da segregação.

Nota-se, portanto, o desaparecimento da sociedade como agregadora, com a capacidade de proporcionar a unidade política de atividades econômicas com identidades culturais.

Prevaleceria, nessa perspectiva, em grande parte, a separação do mundo político do econômico. Existiria a crise de representação ou de participação. Não seria mais a nível nacional que se resolveriam as coisas. Tudo seria globalizado. Não existiriam mais cidadãos, trabalhadores, apenas consumidores, por um lado, e membros de categorias existenciais, como brancos, negros, muçulmanos e cristãos, por outro.

Como consequência, surgiriam diferentes propostas de soluções políticas. Nos países redemocratizados — no Cone Sul, por exemplo, incluindo os membros do Mercosul mais o Chile —, existiriam processos de modernização do Estado, do sistema político e dos atores da sociedade. Haveria, assim, o esforço no sentido de que o Estado continuasse a garantir ou servisse para recriar algum tipo de unidade nacional.

Ocorreriam, também, casos de soluções distintas e mais difíceis. Uma delas é a dualização e a ruptura total, que levariam ao caos com violência — como em regiões controladas pelo narcotráfico por exemplo — e, portanto, à ruptura entre a globalização da economia e os guetos. Seria o caso da Colômbia e, pelo menos em parte, da Venezuela e da Guatemala.

Existiria outra solução, a do tipo asiático, objeto principal deste estudo, onde, poder-se-ia dizer, aconteceria a união neo-autoritária da liberalização econômica com o nacionalismo cultural. Isto é, num mundo caracterizado, cada vez mais, pela ausência de “atores marcantes”, onde o Estado teria sido

enfraquecido como agente capaz de fomentar o desenvolvimento do sistema político, na Ásia-Pacífico procurar-se-ia reverter o quadro, levando o sistema político a fortalecer o Estado como garantidor de suas aspirações e interesses individuais e coletivos.

De sua parte, os países da área desenvolvem um permanente exercício de reflexão, no sentido da busca de um projeto regional que reflita **uma agenda própria de preocupações, em resposta a questões impostas pelo seu processo de desenvolvimento, no campo das transformações sociais, culturais, políticas e de segurança. Como resultado, por um lado, se fortalece a capacidade de governança dos Estados — já analisado no item 2 — e, por outro, são desenvolvidas novas parcerias para a convivência pacífica na área.**

Cabe ressaltar, nesse ponto, o papel desempenhado no grande debate pelos centros de estudos estratégicos do Sudeste Asiático, que, a partir de junho de 1988, formalizaram o ANSEA-ISIS como organização não governamental dedicada à coordenação de núcleos de pesquisa situados nos países membros. Desde meados da década passada, no entanto, já se reuniam periodicamente os dirigentes do Institute for Security and Development Studies, das Filipinas; do Institute of Security and International Studies, da Tailândia; do Institute of Strategic and International Studies, da Malásia; do Singapore Institute of International Affairs; e do Center for Strategic and International Studies da Indonésia.

Através de seus freqüentes encontros, o ANSEA-ISIS tem servido de foro para que especialistas em estudos estratégicos troquem impressões sobre questões relacionadas com os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático, bem como debatam assuntos internacionais mais amplos. Tais conferências, promovidas em atmosfera menos formal do que reuniões governamentais, têm oportunizado para a discussão de diferentes perspectivas quanto a temas controvertidos.

Cita-se, por exemplo, o diálogo mantido entre aquela organização não governamental e o China Institute for Contemporary International Relations (CICIR) de Pequim, em outubro de 1992, na capital chinesa, quando foram tratados entre acadêmicos chineses e do Sudeste Asiático, em atmosfera descontraída e isenta de pressões políticas, problemas delicados, como o da disputa sobre as ilhas Spratlys, o da questão do Camboja, então ainda em debate, e o das relações sino-vietnamitas. Dessa forma, fortaleceu-se o processo de *confidence building* entre a RPC e alguns de seus vizinhos meridionais.

O ANSEA-ISIS, ademais, tem estado envolvido na formulação de políticas regionais quanto a temas sugeridos pela comunidade internacional, como os relativos a direitos humanos, meio ambiente e redefinição do papel do Estado em países em desenvolvimento. Uma de suas conquistas mais importantes foi a criação do ANSEA-Fórum, que constitui um espaço para a discussão de questões de segurança regional, a serem descritas mais adiante.

Citam-se, a seguir, algumas das principais questões relativas ao debate de um projeto regional naquela parte do Mundo.

O “jeito asiático”

O interesse acadêmico sobre a evolução dos regimes políticos na Ásia-Pacífico intensificou-se desde o término da Guerra Fria. Recentemente, novas perguntas têm sido formuladas, dentre estas a que diz respeito às possibilidades de o fenômeno universal da falência do autoritarismo vir a produzir o mesmo tipo de padrões democráticos — nos termos aceitos pelo Ocidente — no continente asiático, onde experiências históricas, muitas vezes milenares, provocaram a emergência de formações sociais organizadas de formas bastante originais.

Na mesma perspectiva, coloca-se o debate quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas de economia de mercado em países de acelerado crescimento, onde personalidades fortes ou partidos políticos com longa permanência no poder levaram o Estado a desempenhar papel preponderante no funcionamento das forças de mercado. Também nesse setor são notadas marcantes diferenças entre os modelos adotados na Ásia-Pacífico e os de tradição européia e norte-americana.

Verifica-se, a propósito, a crescente preocupação com o fato de que as diferenças de percepção ora existentes, quanto às práticas democráticas e à utilização das forças de mercado, poderiam vir a constituir a essência de uma nova divisão ideológica entre o Extremo Oriente e o Ocidente.

Instituições de pesquisas situadas em Cingapura e na Malásia encontram-se, portanto, empenhadas na formulação de um arcabouço conceitual para justificar os valores que ora caracterizam o “jeito asiático”. Nesse exercício, a Professora cingapureana Chan Heng Chee, do Centro de Estudos do Sudeste Asiático daquela ilha, procura ressaltar a importância da eficiência governamental como fator de legitimidade dos dirigentes políticos. Tal perspectiva, no

entanto, não deixa espaço razoável para a criação de mecanismos apropriados, que permitam a alternância de pessoas eficientes ao mais alto nível de poder, no caso de necessidade de mudanças na administração da economia.

Seu conterrâneo e colega Tommy Koh relacionou, em recente artigo publicado no **International Herald Tribune**, alguns dos traços dominantes da organização política das sociedades bem sucedidas economicamente no Extremo Oriente. Dentre estes, cita: um contrato social entre a população e o Estado, que garante a lei e a ordem, em troca do respeito pela autoridade; o mesmo entendimento procura desenvolver a auto-confiança, sem um excesso de benefícios proporcionados pelo Estado; a preservação da moralidade pública é considerada essencial; a imprensa deve ser livre, mas responsável; acima de tudo, o individualismo excessivo do mundo ocidental deve ser rejeitado em favor dos direitos da coletividade.

O tratamento das questões dos direitos humanos

A questão dos direitos humanos tem sido a mais controversa nas relações recentes entre a ANSEA, a China e as democracias ocidentais. Pressões externas levaram a sucessivas respostas conjuntas dos Estados-membros e da RPC, tanto através de centros de estudos estratégicos da Associação e dos chineses quanto em pronunciamentos oficiais de seus respectivos governos.

A posição aseanista sobre a matéria poderia ser resumida nos seguintes termos: os direitos humanos considerados em documentos internacionais incluem não apenas os civis e políticos, mas também os de caráter econômico, social e cultural; todos estes devem merecer prioridade e valor idênticos; e sua aplicação deve ser universal, isto é, tanto no mundo em desenvolvimento quanto no desenvolvido.

Verifica-se, por outro lado, uma crescente tomada de consciência das nações do Sudeste Asiático quanto à conveniência da adoção mais ampla de direitos civis e políticos nos moldes dos existentes no Ocidente. Nessa perspectiva, contestam-se, cada vez mais, as restrições impostas com base em segurança, moralidade e ordem pública. Questiona-se se tais limitações são legítimas ou se seriam impostas meramente para defender regimes de exceção.

Entre os fatores conducentes a tais mudanças de atitudes, encontram-se: o progresso econômico e a maior mobilidade social nos países da região; a melhoria nas comunicações globais, que dão ampla divulgação aos abusos de direitos humanos; os movimentos populares que derrubaram regimes nas Filipinas e na Tailândia; o papel atuante de organizações não governamentais; e, por que não, as pressões exercidas pelos países ocidentais.

A especificidade do quadro de segurança asiático

Algumas idéias geradas, atualmente, em centros de estudos estratégicos asiáticos propõem deixar de lado as teorias de *power politics* importadas do Ocidente, com suas formas de dominação dos fracos pelos fortes, e especular quanto à possibilidade de que, com sua ascensão econômica e política, a Ásia possa fazer valer alguns dos enunciados de seus “cinco princípios de coexistência pacífica” ou dos “10 princípios de Bandung”, onde a tônica é a criação de um “mundo pluralístico, onde todos os países seriam colocados em nível de igualdade”.

Nessa perspectiva, o conceito de segurança regional buscado na Ásia-Pacífico leva em conta um conjunto de fatores muito mais complexos do que os existentes durante a fase da Guerra Fria, dentre estes os seguintes:

- a) uma noção mais abrangente de ameaça à segurança que incluía não apenas o perigo de agressão militar, mas também limitações impostas nos setores econômico, científico, tecnológico, político e cultural;
- b) a pluralização das fontes de ameaças, que poderiam proceder não apenas das potências tradicionais, mas também de outras direções, dependendo de sua natureza ou alcance;
- c) a descentralização das fontes de poder como consequência do colapso da estrutura bipolar de concentração EUA-URSS e a dispersão dos pólos políticos e econômicos, através da Ásia-Pacífico, o que torna o controle da área por uma única potência extremamente difícil;
- d) a tendência à multilateralização como foro de coordenação dos fatores de segurança regional, na medida em que, conforme mencionado no item anterior, seria impossível a uma única potência assumir a hegemonia da área. Exemplo dessa evolução seria encontrado no debate já

estabelecido por ocasião dos dois ANSEA-Fóruns em 1994-95, conforme será mencionado a seguir; e

- e) o relaxamento de tensões, resultante da crescente interdependência entre as economias asiáticas e do visível desejo de todas as nações da área de priorizarem um quadro de estabilidade que continue a proporcionar o atual ritmo de desenvolvimento.

Dessa forma, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Eventos recentes, como o colapso dos regimes autoritários na Europa Oriental e a emergência de vastos blocos comerciais, no continente europeu e na América do Norte, atestam que existiriam, agora, ameaças diversificadas à estabilidade dos Estados.

Como conseqüência, os países da área passaram a associar segurança com a capacidade de cada nação e da região como um todo de promover o desenvolvimento econômico e de resistir à agressão externa. Tal conceito foi definido como de *resilience*, seja no plano nacional, seja no regional.

O “ANSEA Regional Forum (ARF)”

Os Estados fundadores da ANSEA têm procurado desempenhar papel central na formação de um esquema de segurança que venha a abranger toda a Ásia-Pacífico, a partir da experiência adquirida pela Associação na prevenção de conflitos no Sudeste Asiático.

Nesse processo, é atribuída prioridade à consolidação de mecanismos de consultas que facilitem um *constructive engagement* entre as partes envolvidas em determinada disputa. Isto é, não são concentradas as atenções iniciais em negociações que evidenciem claramente um problema específico. Primeiro, na forma de ambigüidade tipicamente asiática, discutem-se os interesses em comum; depois, as questões em debate são analisadas à luz do quadro mais amplo do ideal de preservação da estabilidade.

Foi criado, para tanto, o chamado “ANSEA Regional Forum”, que desenvolve seus trabalhos em três etapas. Primeiro, ocorre a reunião anual dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países-membros (Cingapura, Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Brunei e Vietnã, em seguida, acontece o encontro com os Chanceleres dos “parceiros de diálogo” (EUA, Austrália,

Comunidade Européia, Canadá, Japão, Nova Zelândia e Coréia do Sul). Finalmente, forma-se o ARF, com a participação dos Ministros da China, da Rússia, do Laos, do Camboja e de Papua Nova Guiné, num total de 19 chefes de diplomacia.

Nas palavras do Secretário-Geral da ANSEA, Ajit Singh, "*The whole thing is premised on the fact that we want to have a more stable, predictable order in Southeast Asia*". ["A coisa toda pode ser expressa no fato de desejarmos uma ordem mais estável e previsível no Sudeste Asiático".]

Os principais temas a serem debatidos dizem respeito à consolidação do Camboja, ao desafio nuclear da Coréia do Norte, aos crescentes gastos com armamentos na Ásia-Pacífico, à política de Direitos Humanos em Myanmar e às disputas territoriais no Mar do Sul da China.

O ARF apresenta, ainda, sérias limitações, devido à não-inclusão de Taiwan e da Coréia do Norte — dois dos principais focos de possível instabilidade. Oferece, de qualquer forma, a proposta mais concreta para o estabelecimento de um mecanismo de segurança e cooperação na Ásia-Pacífico.

4 - Conclusão

A História tem demonstrado que, quando em ascensão, as civilizações preferem atribuir seu sucesso econômico não apenas a algum ganho derivado de simples vantagens competitivas. Todas procuram identificar características únicas de sua cultura, para justificar os avanços.

Assim, os britânicos atribuíam a dotes industriais específicos sua liderança no século passado, enquanto os norte-americanos pretendem explicar sua hegemonia moderna através de seu individualismo.

Talvez tenha chegado a hora de a Ásia-Pacífico buscar seus próprios valores históricos para servir de base ideológica à supremacia econômica atual. Quanto a esse aspecto, cita-se sempre que o legado confucionista seria a explicação para o fenômeno de crescimento acelerado lá em curso. O sábio chinês, contudo, não escreveu um mero manual de "como tornar-se rico". A obra de Confúcio, na verdade, prescreve um elenco de normas de conduta social.

Entre os comportamentos sugeridos em seus escritos, encontram-se: a disciplina social e a dedicação ao trabalho; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da

educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever. Estes não deixam de ser comportamentos dignos de serem incluídos no projeto nacional de qualquer país interessado em ingressar na modernidade.

Bibliografia

ASIAN's different dream (1993). **Time**, 14 jun.

ASIAN way, The (1994). **Far Eastern Economic Review**, p.22, mar. (Declaração da prof. Chan Heng Chee).

BREVE recuento del pensamiento diplomático de Zhou Enlai (1989). **Beijing Informa**, n.14, p.12-17, 4 abr.

CHINA INSTITUTE OF CONTEMPORARY INTERNATIONAL RELATIONS (1994). **On the establishment of Asia - pacific multilateral security dialogue mechanism**. fev.

CHINA INSTITUTE OF CONTEMPORARY INTERNATIONAL RELATIONS (1994a). **A survey of current Asia - pacific security**. jul.

COLLOQUIUM ON NEW DIRECTIONS FOR ASEAN (1994)., '**Asean - isis**'. Cingapura, 12 a 14 set.

DUTT, Vidya Prakash (1994). **China and the world: an analyses of communist China's foreign policy**. Nova York: Frederiok A. Praeger.

EAST Asia a more useful model for China (1990a). **The Strait Times**, Cingapura, 13 jan.

EAST Asia better model than west for China (1990). **The Strait Times**, Cingapura, 11jan.

ELEGANT, Robert (1990). **Pacific destiny: inside Asia today**. Nova York: Avon Books.

FAIRBANK, John K. (1988). **The great chinese revolution: 1800-1985**. Pan Books. 277p.

FAIRBANK, John K., REISCHAUER, Edwin O., CRAIG, Albert M. (1976). **East Asia: transition and transformation**. Modern Asia Editions.

- FAIRBANK, John K., SSU - Yu Teng (1966). **China's response to the west:** a documentary survey 1823-1923. Nova York: Atheneum.
- FAR EASTERN ECONOMIC REVIEW; yearbook. (1978/1994).
- FITZGERALD, C. P. (1965). **The third China:** the chinese communities in southeast Asia. Melbourne: Cheshire.
- FUNABASHI, Yoichi (1993). The asianization fo Asia. **Foreign Affairs**, v.73, nov./dez.
- KRISTOF, Nicholas D. (1992). The rise of China. **Foreign Affairs**, v.72, n.5.
- OVERSEAS chinese major investors (1992a). **Manila Bulletin**, 2 nov.
- OVERSEAS chinese, The (1992). **The Economist**, 18 jul.
- SEGAL, Gerald (1990). **Rethinking the pacific.** Oxford: Claredon Press. p.3.
- SOBRE el concepto de la guerra y la paz de Deng Xiaoping (1989). **Beijing Informa**, n.14, 4 abr.
- VANDERMEERSCH, Leon (1991). Le nouveau confucianisme. **Le Debat**, n.66, set./out.
- WANANDI, Jasuf (1988). **Southeast Asia and Pacific Asia:** a regional perspective. Kuala Lumpur. (Trabalho apresentado no seminário: Southeast Asia and Pacific Asia Security in the Final Decade of the Twentieth Century; 24/25 mar.).
- WANANDI, Jasuf (1992). Human rights and democracy in the Asean nations: next 25 years. In: COLLOQUIUM ON NEW DIRECTIONS FOR ASEAN. '**Asean - isis**'. Manila, out./nov.
- WANG, Gung-Wu (1981). Community and nation: essays on southeast Asia and the chinese. In: ASIAN Studies Association of Australia. Heinemann Educational Books (Asia)/ George Allen and Unwin Australia.
- WEST, Guy (1965). **The new Asia.** Mentor Book/ The New American Library. 300p.
- WING, Tsit Chan (1973). **A source book in chineses philosophy.** New Jersey: Princeton University.
- WONG, John (1974). **The political economy of China's changing relations with southeast Asia.** Hong Kong: St. Martin's. p.7, 65-119.
- YAHUDA, Michael (1986). The China threat. **ISIS - Malaysia.** p.24.